

Dos trilhos aos palacetes: refletindo sobre o acervo arquitetônico da Av. Rio Branco, Santa Maria, RS

The rails to palaces: Reflecting on the collection of architectural Avenida Rio Branco, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Maria Dinair Santos Machado¹; Marcelo Ribeiro²

¹ dinair_m@hotmail.com, Universidade Federal de Santa Maria;

²ribeiromarcelo64@gmail.com, Universidade Federal de Santa Maria.

Resumo

Este artigo propõe uma análise sobre a preservação e conservação do patrimônio cultural edificado no centro do município de Santa Maria, mais precisamente o patrimônio localizado na Avenida Rio Branco, na área central da cidade. O município possui sua história vinculada à ferrovia que se pode observar no patrimônio cultural edificado, sua riqueza e diversidade, localizado no centro urbano. O nosso recorte espacial é focado na antiga Avenida Progresso, atual Avenida Rio Branco, eixo que ligava a estação férrea a Praça Saldanha Marinho e a Rua do Acampamento na área central. Para este trabalho foi realizada pesquisa exploratória qualitativa, utilizando-se de observação por meio de registros fotográficos do centro histórico de Santa Maria, delimitando-se à Avenida Rio Branco. No trabalho consta um breve histórico desta avenida, uma descrição dos prédios de valor histórico e as ações realizadas ao longo dos últimos anos. Nas conclusões, é proposta uma possibilidade de intervenção territorial a partir das necessidades como políticas públicas de preservação decorrentes do atual estado de abandono das edificações naquele local.

Palavras chave: Patrimônio cultural edificado, preservação, história e proposta de ações.

Abstrat

This article analyze and reflect on the preservation and conservation of cultural heritage buildings in the center of the city of Santa Maria, specifically the assets located at Avenida Rio Branco, in the downtown area. The city has its history linked to the railway that can be seen in the built cultural heritage and its richness and diversity, located in the inner city. Our spatial area is focused in the former Avenida do Progresso, currently Avenida Rio Branco, axis linking the railway station Saldanha Marinho Square and Camp Street in the downtown area. For this work exploratory qualitative research was conducted, using observation through photographic records of the historic center of Santa Maria, delimiting to the Avenida Rio Branco. At work contained a brief history of this avenue, a description of the historical value of buildings and the actions taken over the past few years. The findings, it proposes a territorial intervention, as well as analyzing the shortcomings with respect to the historical process of the lack of preservation of the buildings on this site, clipping our article.

Key words: Building cultural heritage, preservation, history and proposed actions.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar, refletir e apontar algumas possibilidades sobre a preservação e a conservação das edificações consideradas de interesse histórico-

arquitetônico localizadas na Avenida Rio Branco, situada no centro do município de Santa Maria.

Propomos como objetivos específicos, evidenciar o valor do patrimônio histórico arquitetônico existente, a importância de sua preservação, conservação e revitalização, como elementos da memória coletiva do município e possibilidade de inserir atividades culturais e turísticas.

O recorte espacial deste artigo reside em considerar a relação histórica entre a Gare de trens, ou estação ferroviária de Santa Maria e o surgimento do eixo formado pela Avenida Rio Branco, assim como sua importância no comércio e serviços quando o transporte ferroviário era pujante ao município e região.

Além de sua importância histórica e de memória aos moradores de Santa Maria, a Avenida Rio Branco abriga museus, comércio, prédios religiosos como a Catedral e a Igreja Anglicana, e prédios emblemáticos como a antiga Escola Hugo Taylor, hoje abrigando um supermercado, além de edificações de estilos “Art Déco” e “Nouveau”¹ e ecletismo, sendo referências nesses estilos no Rio Grande do Sul.

A proposta deste artigo além da escolha desta avenida e sua análise, propõe a definição de uma zona de interesse patrimonial tendo por finalidade a proteção, conservação e incentivos às formas de uso relacionadas ao lazer e ao turismo.

2. Um pouco de História: Avenida Rio Branco, Santa Maria - RS

O município de Santa Maria está localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul, e possui suas raízes marcadas pela ferrovia e por uma tradição de abrigar contingentes militares, como é o caso da rua do Acampamento, que leva este nome em razão de um acampamento militar que ali se estabeleceu. Em 1884 foi concluído o assentamento dos trilhos que ligou o município as demais estações de trem do estado, sendo a estação de Santa Maria inaugurada no dia 15 de outubro daquele ano (BELÉM, 2000).

No decorrer dos anos seguintes, em razão do comércio e do desenvolvimento da cidade através dos trilhos dos trens, a Avenida Rio Branco viu crescer palacetes que acompanharam o progresso ferroviário, também foram construídos a Catedral Católica e a Igreja Anglicana, além de abrigar hotéis e escolas. A avenida de suntuosas edificações da

¹ O *Art Déco* é marcado pelo rigor geométrico e predominância de linhas verticais, havendo a tendência de tornar, através da percepção, o edifício mais alto. O *Art Nouveau* surgiu como uma tendência arquitetônica inovadora do fim do século 19: um estilo floreado, em que se destacam as formas orgânicas inspiradas em folhagens, flores, cisnes, labaredas e outros elementos.

metade do século XX traz consigo um acervo artístico de importante valor histórico para o município de Santa Maria, RS, Brasil (FLÔRES, 2007).

Ao longo das décadas de 1960 a 1990 houve a decadência do sistema ferroviário, em razão de uma política nacional que privilegiou o transporte rodoviário. Esta mudança de modal de transportes fez com que paulatina e sistematicamente os municípios que dependiam do sistema ferroviário para transporte de cargas e passageiros fossem decaindo economicamente, salvo os que souberam se reinventar a partir da nova modalidade de transportes.

No caso de Santa Maria, os antigos casarões localizados na Avenida Rio Branco deram lugar a edifícios, não tão suntuosos, fica evidente nas fachadas dos prédios e na preservação dos espaços públicos na região da ferrovia a decadência física, e, em alguns casos o desaparecimento de imóveis de valor arquitetônico. Os espaços públicos de lazer onde existia uma vida social intensa dos moradores deslocam-se para a região mais central da cidade (MELLO, 2000).

Entre os anos 1990 e 2000, o canteiro central da Avenida Rio Branco em suas primeiras quadras abrigou uma série de barracas de venda de produtos informais, fenômeno que pôde ser observado em muitas cidades brasileiras em razão das crises econômicas e do crescimento da informalidade.

Na década de 2010, a partir de iniciativas da Prefeitura Municipal ocorre um processo de revitalização da Avenida Rio Branco que teve início no ano de 2012, onde a preocupação era recuperar o canteiro central, embelezar os canteiros e recuperar os monumentos ali existentes, restaura-los e ressaltar sua forma.

Foi melhorada a acessibilidade entre as duas pistas da avenida, criadas mais vagas de estacionamento no entorno ao canteiro central, além das árvores de maior porte serem removidas e o canteiro central recolocado com pedras de calçamento *petit pavê*, réplica das calçadas portuguesas, reformados os pontos de taxi, instalado um centro de informações turísticas e proporcionando um espaço que as pessoas do bairro voltaram a frequentar.

Reflexo deste movimento é que alguns edifícios do entorno da Avenida foram recuperados e pintados, também surgiram novos estabelecimentos comerciais, mas mesmo assim foram poucos os que se entusiasmaram por esse momento.

3. Patrimônio Arquitetônico e Cultural como identidade local

O Brasil é um país de cidades novas, onde a maior parte dos seus núcleos urbanos surgiu no Século XIX, em contraste com algumas que possuem quatro séculos (DUARTE, 2011).

O passado da cidade brasileira está sendo revalorizado e a preservação /recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aqui, os governos municipais (DUARTE, 2011).

O desejo de tombar toda edificação que possa ser identificada como uma forma de memória urbana raramente tem sido acompanhada da adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados, fato que tem levado, muitas vezes, ao tombamento *ipsis litteris* da edificação que se queira proteger (SANTOS, 1996 apud DUARTE, 2011).

O acervo arquitetônico de uma localidade faz parte de um processo histórico, onde as edificações demonstram as passagens de tempo, as quais integram a paisagem urbana, com elementos e construções que devem ser preservados e protegidos, dada a importância para a identidade local.

O patrimônio cultural material de um povo, pode passar despercebido, quando não há conhecimento ou compreensão da história local, dessa forma é necessário um olhar mais atento para a preservação material e imaterial que revela traços importantes no espaço urbano.

De acordo com Possamai:

O espaço Urbano é o local privilegiado onde se manifestam as rupturas e as continuidades, as relações do presente com o passado e com o futuro. Permeada pelos valores da sociedade que, permanentemente, constrói a sua memória cultural, essa dialética manifesta-se tanto na dimensão material quanto imaterial do espaço urbano. A memória cultural não é estática, nem imutável, nem se restringe a fatos e artefatos excepcionais (POSSAMAI, 2001, p.17).

Nesse sentido, é necessária uma atenção especial no que diz respeito à requalificação urbana, pois esta, tem o objetivo de transformar locais avaliados como degradados e abandonados em áreas de entretenimento e lazer (PEIXOTO, 2009).

Essas intervenções de requalificação apontam principalmente o patrimônio histórico arquitetônico, assim, novos usos dão vida a locais abandonados, trazendo o sentido da história para o presente sendo perpetuado no futuro.

4. O Turismo como gerador de desenvolvimento na requalificação dos espaços

O fenômeno turístico vem crescendo em todo o mundo e com ele existem municípios e regiões que se destacam e se desenvolvem, utilizando-se de parcerias publico-privadas que fortalecem o desenvolvimento local. Nesse contexto, o turismo possui grande importância como alternativa econômica geradora de empregos e renda, além de melhorar a qualidade de vida da população, trazendo consigo desenvolvimento, recuperação de áreas degradadas e segurança para a população em geral.

Entretanto, para que o Turismo ocorra necessita-se do produto turístico, porém não há um produto de qualidade, quando não existe infraestrutura para tal. Para Barreto:

Quando falamos em infraestrutura turística, referimo-nos ao conjunto de bens e serviços que estão a disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico. A infraestrutura turística de um núcleo abrange a infraestrutura de acesso, a infraestrutura urbana básica, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos. A soma e o inter-relacionamento desses elementos será a infraestrutura que a cidade possui para o Turismo (BARRETO, 1991, p.48).

Nesse sentido, antes de pensarmos em Turismo, devemos analisar uma localidade num sentido mais amplo, se ela estiver pronta para seus moradores, e se tiver componentes para formar um produto turístico, ela será um destino de qualidade para turistas e visitantes.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma cidade caminha junto com o Turismo, um, alavanca o outro, pois preparar um destino significa se preocupar com a qualidade dos espaços públicos, transformar áreas degradadas em atraentes juntamente com espaços seguros, de sociabilidade com o livre direito de usufruto.

No caso de muitas cidades brasileiras, os espaços públicos são ameaçados pela privatização, violência, degradação e falta de atuação dos diferentes segmentos da sociedade. Cidades que pensaram na oferta de espaços públicos de lazer e em preservar seu patrimônio cultural planejaram de maneira contínua e sistêmica, levando em conta a parceria entre o setor público, a comunidade e as iniciativas privadas.

De acordo com Correa (2011), o Estado capitalista, seja qual for sua hierarquia, municipal, estadual ou federal, desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço, inserindo-se no contexto econômico, social e político de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. Entre outras possibilidades, cabe ao estado estabelecer um marco jurídico (leis, regras, normas e posturas) de produção e uso do espaço.

Cabe aqui refletir sobre o tipo de cidade que se quer, qual o grau de participação da sociedade local e como se pensa a cidade para os próximos anos. O planejamento urbano deve ser pensado de maneira a criar uma paisagem urbana articulada, que harmonize o antigo e o novo, ressaltando a identidade local e melhorando as situações de desigualdades sociais, proporcionando oportunidades e renda aos menos favorecidos.

E o patrimônio cultural, como fica neste contexto? De acordo com Limón Delgado (1999), resulta muito contundente e chocante que alguém venha dizer ou nos ensinar o que é nosso e a darmos valor, porém é justamente nisso que implica o patrimônio cultural, aqui, segundo este autor, cabe à distinção entre o patrimônio cultural público que é um patrimônio coletivo e os limites de todo patrimônio coletivo, que devem ser interpretados pela comunidade ao menos separando do que é compreendido como patrimônio privado de acesso limitado.

Dar significado a memória urbana e requalificar edificações históricas significa reavivar a identidade, não dando oportunidade a especulação imobiliária, ou intervenções inadequadas, criando assim um ambiente agradável, tanto para moradores, como para turistas e visitantes.

5. Metodologia

Como metodologia utilizou-se a descrição, a qual é fundamental para bons resultados de um estudo qualitativo (MANNING, 1979).

Este estudo busca interpretar e analisar a preservação da identidade da Av. Rio Branco, Santa Maria/RS. Para a constituição da proposta utilizou-se de um estudo bibliográfico da Avenida Rio Branco, suas raízes arquitetônicas e sua importância para história da cidade. Posteriormente foi realizado um levantamento fotográfico da referida avenida, observando as edificações que são referência no seu patrimônio arquitetônico.

6. Resultados e Conclusões

O Patrimônio arquitetônico de uma cidade é uma construção social, que transcende a história de cada época. O Turismo nas ações patrimoniais exerce um papel fundamental de manutenção e preservação dessa história.

A arquitetura traduz a cronologia de movimentos artísticos e culturais da humanidade, por isso pode ser considerada um documento histórico. (FOLETTTO, 2008)

Percebe-se que a Av. Rio Branco, Santa Maria /RS passa por um momento crítico no que tange a sua preservação arquitetônica. Seu acervo de edificações está em decadência, com algumas exceções, e se nada for feito, em alguns anos a história de Santa Maria será apagada.

Na primeira quadra, está o Edifício Cauduro – Antigo Hotel Jantzen (Figura 1), O prédio é uma importante edificação do estilo *Art Déco*, construído no final da década de 30. Nessa época, a cidade necessitava de um Hotel de grande porte. Inaugurado em 1941, levou o sobrenome de Sílvio Jantzen, empresário hoteleiro de Livramento. Foi o segundo prédio da cidade a contar com estrutura para elevadores (FOLETTTO, 2008). Encontra-se em estado de decomposição, configurando um perigo para os pedestres.

O Edifício João Fontoura Borges (Figura 2) , está localizado em frente à Praça Saldanha Marinho, na primeira quadra da Avenida Rio Branco, esquina com Venâncio Aires. Possui esse nome em homenagem ao seu idealizador, presidente da Sociedade dos Caixeiros Viajantes de Santa Maria, mas o prédio é conhecido como SUCV (Sociedade União dos Caixeiros Viajantes). O projeto foi elaborado pela Companhia Construtora de Santos e construído com materiais nobres, a maioria importados da Europa e transportados para a cidade por via férrea. Foi inaugurado em 20 de setembro de 1926, possui fachada eclética com elementos *neoclássicos* e Art Nouveau (FOLETTTO, 2008). O prédio hoje é ocupado pelo gabinete do prefeito, e teve suas fachadas tombadas pelo patrimônio municipal em 1993, pela Lei Municipal nº.3724/ 93.



Fig. 1. Edifício Cauduro
Fonte : Arquivo Pessoal (2015)



Fig. 2. Edifício SUCV
Fonte : Arquivo Pessoal (2015)

Ainda na primeira quadra, podemos destacar a Catedral do Mediador (Figura 3) e a Catedral Metropolitana (Figura 4), as quais são importantes marcos da religiosidade do município.

A igreja do mediador foi Inaugurada em 11 de novembro de 1906, e em março de 1950, com a divisão do Brasil em dioceses, coube a Santa Maria ser a sé da Diocese Sul Ocidental, passou então a denominar-se Catedral do Mediador. Seu estilo é normando² misturado ao gótico³, especialmente nas portas e janelas.

A Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Imaculada Conceição é outra imponente obra que expressa religiosidade, situada na primeira quadra da Av. Rio Branco. Idealizada pelo Padre Caetano Pagliúca e começou a ser construída em 1902, com doações da comunidade santa-mariense. Em 08 de dezembro de 1909 houve a sua sagração como Catedral Diocesana. Sua arquitetura é eclética, possuindo em seu interior o altar-mor que foi talhado em madeira e nele se encontra a imagem de Nossa Senhora Conceição, também esculpida em madeira, trazida da França. A decoração interna possui painéis que foram elaborados por dois artistas italianos, Aldo Locatelli e Emílio Sessa. Os vitrais confeccionados pela Casa Genta de Porto Alegre contam a vida de Jesus Cristo e cenas da vida de Nossa Senhora e dos Santos. De 1998 a 2005, a Catedral esteve em processo de restauração interna e externa. Com apoio da comunidade e leis de incentivo à cultura, o processo de restauração visava salvar a estrutura da igreja e preservar as obras de arte no seu interior (FOLETTTO, 2008).

No ano de 2002 pela lei municipal nº. 4616, a igreja foi considerada patrimônio histórico da cidade. Em 20 de abril de 2011 foi sagrada pelo Papa Bento XVI como Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de Santa Maria.

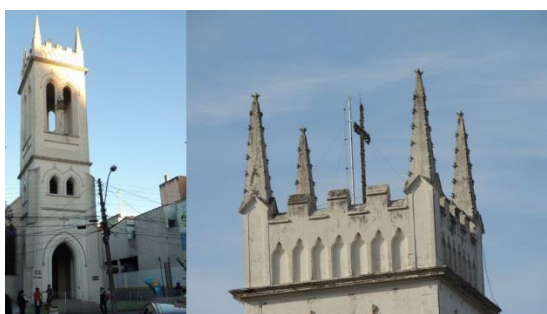


Fig. 3.Catedral do Mediador
Fonte : Arquivo Pessoal (2015)



Fig. 4 .Catedral Metropolitana
Fonte : Arquivo Pessoal (2015)

² Estilo normando que evoca as construções que usam elementos comuns à arquitetura típica da região da Normandia, na França.(colegiodearquitetos)

³ Estilo Gótico - apresenta abóbadas amplas e altas, sustentadas por pilastras ou colunas. Elementos denominados arcobotantes e contrafortes eram responsáveis pela manutenção do equilíbrio da construção, procurando compensar o peso desmedido das abóbadas. Vitrais e rosáceas tomam o lugar de densas paredes. (infoescola)

Na segunda quadra, encontramos a direita, esquina com a Rua dos Andradas, o imponente prédio Edifício Hugo Taylor (Figura 5), construído em 1922, mescla os estilos neoclássicos, barroco e Art Nouveau, abrigou primeiro a escola de artes e ofícios com 124 alunos. Em 1929, o colégio comprou o terreno da esquina da Rua Andradas para edificar o internato. Um dos alunos mais ilustres da escola foi Irerê Camargo. Em 1943, o colégio passou a se chamar Hugo Taylor. Um incêndio destruiu o internato em 1954. Em 1960, com a ajuda do governo, as salas foram reformadas. Na década de 70 a COOPFER se obrigou a fechar a Hugo Taylor. Atualmente é utilizado por um supermercado.

Localizado na Av. Rio Branco, esquina com a Rua dos Andradas, o Palacete de Fortunato Loureiro (Figura 6), possui sua marca no ecletismo, sua construção é determinada por portas altas, do *Neoclássico*, vidros curvos e aspecto elegante do Art Nouveau, paredes com frisos imitando pedras, (FOLETTTO, 2008). Este edifício passou por restauração, mantendo sua originalidade, embora ainda possua uma poluição visual no que diz respeito à sua fachada e ao emaranhado de fios, ainda retrata a imponência do ecletismo.

A residência Álvares Cunha Conhecida como “a casa amarela da Rio Branco”, por sua cor marcante e por seu estado de conservação impecável, de estilo eclético, é datada de 1912. Augusto Marques Álvares da Cunha, neto do Conde de Porto Alegre, comprou o imóvel, onde seus descendentes residem até hoje. Este é um exemplo de preservação e cuidado com o patrimônio arquitetônico da Avenida, a qual é preservada e admirada pelos que ali transitam (Figura 7).



Fig. 5. Edifício Hugo Taylor
Fonte: Arquivo Pessoal (2015)



Fig. 6. Palacete Fortunato Loureiro
Fonte: Arquivo Pessoal (2015)



Fig.7 Residência Álvares Cunha
Fonte: Arquivo Pessoal (2015)

Na esquina da Av. Rio Branco com a Silva Jardim está o prédio do antigo Hotel Glória (Figura 8), importante estabelecimento dos tempos gloriosos da ferrovia. Foi comprado pelo Centro Universitário Franciscano que hoje mantém a fachada com seus detalhes preservados e abriga o berçário tecnológico.

A residência Fernandez (Figura 9), após ser herdada pelos descendentes do Médico Valentin Fernandez e sua esposa em 1993, entrou em processo de declínio e abandono.



Fig. 8. Antigo Hotel Glória
Fonte: Arquivo Pessoal (2015)



Fig. 9. Residência Fernandez
Fonte: Arquivo Pessoal (2015)

Na esquina com a Rua Ernesto Beck, está a residência Marques (Figura 10). Em estilo eclético, construída em 1918 a pedido do Cel. Ernesto Marques da Rocha. Atualmente possui diversos estabelecimentos comerciais.



Fig. 10 – Residência Marques
Fonte : Arquivo Pessoal (2015)

O cenário atual da Avenida Rio Branco, traz consigo marcas de períodos históricos distintos, estes refletem as conexões entre o novo e o antigo, esta relação de convívio deve ter harmonia, para que a história e a memória se perpetuem e fiquem vivas no presente e no futuro. O patrimônio arquitetônico de uma localidade deve ser preservado e valorizado para que visitantes e moradores vivenciem e conheçam os traços dessa história (CARLOS, 1992).

Temos em outras ruas e avenidas de Santa Maria, uma gama de edificações que poderiam ser citadas, pois o acervo arquitetônico histórico não se restringe apenas a Av. Rio Branco, mas a delimitação do trabalho está voltada para a referida avenida.

Escolhemos apenas algumas das edificações para apresentar nesse trabalho, sendo que outras ficaram de fora, não por sua menor importância, mas pelo restrito espaço para o relatório. Muitas edificações já foram demolidas ou perderam sua essência, com modificações que transformaram suas histórias. Abaixo, um mosaico do que foi e do que é hoje esta Avenida.(figura 11 – Montagem de fotos do arquivo pessoal e arquivo histórico de Santa Maria) e (Figura 12) algumas modificações ao longo do tempo.



Fig. 11 – Montagem Av. Rio Branco, prédio hoje hotel Dom Rafael
Fonte: Arquivo pessoal e Arquivo histórico de Santa Maria (2015)



Fig. 12 – Montagem do antes e depois, alguns prédios que foram demolidos
Fonte: Arquivo pessoal, Revista ATC, 2010.

O Plano Diretor de Santa Maria datado de 2005 traz algumas propostas de revitalização das áreas degradadas às quais contemplam a área ferroviária, áreas patrimoniais e espaços públicos. Ele é alterado conforme as demandas e necessidades locais. O projeto Mancha Ferroviária, como foi originalmente nomeado, mudou para “Reviva Centro” o qual foi posto em prática com a requalificação da Av. Rio Branco em seu canteiro central, estacionamentos e acessibilidade, incluiu também a revitalização da Vila Belga e utilização da Gare da Estação. Em março de 2010 foi criada a Lei do Patrimônio Cultural do município de Santa Maria, a qual propõe a educação patrimonial, através da sensibilização da população local. Também a partir dessa nova lei foi criado o Escritório da Cidade, que passa a representar o município de Santa Maria, RS, como órgão técnico municipal que trata dos assuntos referentes ao patrimônio edificado da cidade (MAASS;VIDIKIN, 2011). Percebe-se um movimento do poder público em direção a preservação do patrimônio, ao incluir outros órgãos municipais na busca da preservação do patrimônio arquitetônico que traduz na história da cidade. Mas somente a criação de leis não resolve os problemas de degradação e vandalismo, se elas não são colocadas em prática de uma forma firme e persistente, os efeitos positivos não aparecem.

Assim, observamos ao longo da Avenida Rio Branco, que alguns prédios estão conservados, mas muito ainda há por se fazer, já que algumas edificações estão deteriorando, devido à falta de uso e de manutenção. A partir dessa análise, sugere-se uma proposta de requalificação para o local de estudos, dada a sua importância.

Entendemos que a necessidade em reconhecer esta importante avenida como um eixo histórico para o município de Santa Maria, podendo para isso ser criada uma “*zona de interesse patrimonial*”, onde seria proposto na Avenida Rio Branco um laboratório de ações urbanas, a partir de um levantamento dos imóveis, incentivo ao fomento de atividades voltadas ao turismo e ao lazer, bem como projetos de apoio a preservação e conservação de imóveis de valor histórico e artístico por suas características físicas.

A partir de ideias em municípios como Treze Tílias, em Santa Catarina (GUIMARAES, 2007), que demarcou treze áreas de desenvolvimento no centro urbano, destas, duas são voltadas ao turismo e ao patrimônio. No caso da Avenida Rio Branco, seria a criação de um Fundo Municipal de Turismo e Patrimônio Cultural, onde parte dos impostos urbanos seja aplicados em melhorias, constituído como um órgão misto, público-privado, com receita e poder decisório.

Criação de uma linha de incentivos a novos negócios, voltados a segmentos como gastronomia, artesanato e a ampliação da iluminação pública em edifícios, além de pensar em estratégias de segurança naquela região que ainda se mostra vulnerável.

Claro está que o papel do poder público não é investir pelo agente privado, mas sim, o papel do estado como um regulador, com critérios e parâmetros para a contenção do desaparecimento de imóveis considerados de interesse histórico e arquitetônico.

Com a qualificação da Avenida Rio Branco, poderíamos observar o ressurgimento da região através do comércio, da movimentação de pessoas, e por que não, de turistas que gostariam de conhecer ou rever, no caso de tantos santa-marienses que saíram da cidade e vivem em outros locais do estado, do Brasil e até mesmo no exterior.

7. Conclusões

O artigo nos possibilitou analisar e refletir sobre a falta de uma política pública de preservação e conservação do patrimônio cultural edificado no município de Santa Maria, durante os últimos trinta anos. Motivo pelo qual, as ações como a revitalização da Vila Belga e do canteiro central da Av. Rio Branco, por parte dos poderes públicos e da iniciativa privada é um recomeço, assim podemos dizer.

Por sua vez, a falta de uma política pública incide em perdas constantes e na falta de recuperação, quando a perda é total. Santa Maria, ainda pode oferecer a seus habitantes e possíveis turistas uma cidade que a partir da revitalização e da preservação reúna elementos como cultura, turismo e uso de espaços públicos.

Ao contrário das cidades em geral no Brasil em que os espaços públicos tornam-se privados ou privatizados, onde o shopping substitui a praça, onde o automóvel substitui o uso da cidade, Santa Maria, pode, mas ainda não é uma cidade voltada para o espaço público, onde a ideia de humanizar espaços degradados seja de fato uma ideia em prática.

Por outro lado, o município de Santa Maria não possui uma tradição turística, mas pode-se observar que algumas ações e esforços foram realizados na última década, desde 2010, ações como uma linha de ônibus turístico, o incentivo através do órgão municipal de turismo à criação de segmentos como o turismo religioso e a participação em eventos como feiras de turismo etc.

Mas ainda não podemos afirmar que o município seja um destino, mesmo possuidor de um patrimônio histórico, arquitetônico e cultural que poderia ser transformado em produtos turísticos se conjugados a serviços, bens e facilidades aos turistas. Este artigo busca refletir sobre o papel do patrimônio cultural, a coletividade que se apropria dele, ou não, e os atores sociais que podem decidir e fazer a diferença.

A ausência de políticas públicas é notória, pois alguns projetos não saíram do papel, principalmente os que conjuguem preservação e conservação do patrimônio cultural com revitalização do espaço, fomento a novas atividades econômicas.

É necessária uma atenção por parte do poder público, com incentivos fiscais, a definição de áreas de interesse econômico e social com os objetivos de preservação, onde além de preservar o patrimônio edificado e os espaços públicos, promova novos usos para esses espaços históricos. Parcerias público-privadas também são de relevante importância no que tange o fortalecimento de ações voltadas para esses fins, mas entendemos que, somente a ação pública não garante a permanência das ações, a população como um todo, além de participar, deve ser atuante e exigente, para que as ações não se desvançam em cada troca de governo ou de bandeira partidária.

Referências

BELÉM, João. História do município de Santa Maria : 1797 - 1933. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BARRETTO, Margarita. Planejamento e organização em Turismo. 5^a ed. Campinas/SP: Papirus.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade : São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, R.L. “Sobre agentes sociais, escala e produções do espaço” In CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L. de & SPOSITO, M.E.B. (ORGs.) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2011.

DUARTE, Maurício. “Sobre a memória das cidades” In: CARLOS A. F.A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M.E.B.(Orgs.) A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a “Cidade Ferroviária”. Santa Maria: Palotti, 2007.

FOLETTI, Vani Terezinha. ORG. Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria. Santa Maria, Palotti, 2008

GUIMARÃES, Vivian Gertrudes Buchholz. Transformações socioeconômicas decorrentes da expansão do turismo cultural: o caso de Treze Tílias – SC. 2008, 134 f. Dissertação. (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. Patrimônio e “requalificação” urbana: concepções e conflitos. Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR Vol.15, 2013.

LIMÓN DELGADO, A.”Patrimonio ¿De quién? In Aguilar Criado, E. (org.) Patrimonio Etnológico: Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, p.8-15, 1999.

MAASS, Patrícia Arend; VIDIKIN, Alex da Silva. Reabilitação de áreas centrais e sítios históricos no contexto do Plano Diretor do município de Santa Maria/RS. In.: IX Simpósio de Ensino e Pesquisa - SEPE . 2., 2011. Santa Maria, RS. Anais...Santa Maria, 2011, p.1-10.

MANNING, Peter K., Metaphors of the field: varieties of organizational discourse, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979, p. 660-671.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

POSSAMAI, Zita. A Memória Cultural numa cidade democrática. Porto Alegre: Unidade Editorial da Prefeitura, 2001.

Revista ATC, ATC Memória, 9 ed. Santa Maria, agosto, 2010.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. 2001. Política de Turismo: Oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (organizador). Turismo Rural: Práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto (Coleção Turismo contexto). p.133-150.

Diocese Sul Ocidental. Disponível em : <http://catedral.diosuloci.org/histria-da-catedral.html>
<http://www.camara-> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

Info Escola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/arquitetura/arquitetura-gotica/>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

Colégio de Arquitetos. Disponível em : <http://www.colegiodearquitetos.com.br>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

Câmara Municipal de Vereadores. Disponível em: http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/tramitacao/2013/PL_7961. Acesso em 18 de novembro de 2015.

Almanaque Gaúcho, Clic RBS. Disponível em :
<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/10/17/hospitalidade-na-boca-do-monte>.
Acesso em: 20 de novembro de 2015.